



Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Faculdade de Administração e Ciências Contábeis – FACC
Departamento de Contabilidade

Thales Horta Gerhardt

**OS REFLEXOS DA CORRUPÇÃO NOS ÍNDICES
ECONÔMICO-FINANCEIROS DE UMA ENTIDADE: ESTUDO
DE CASO DA ENGEVIX**

Rio de Janeiro

2021

Thales Horta Gerhardt

**OS REFLEXOS DA CORRUPÇÃO NOS ÍNDICES
ECONÔMICO-FINANCEIROS DE UMA ENTIDADE: ESTUDO
DE CASO DA ENGEVIX**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Marcia Revoredo

Rio de Janeiro

2021

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar os reflexos das acusações, denúncias e notícias de práticas de corrupção, no âmbito da Operação Lava Jato, envolvendo a empresa Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A em seus indicadores econômico-financeiros de liquidez, rentabilidade e endividamento. Para isso, foram coletadas as demonstrações contábeis da empresa entre os anos de 2013 e 2016, que são referentes ao exercício anterior ao ano em que foi deflagrada a primeira fase da operação, ao ano em que surgiram as primeiras denúncias e notícias envolvendo a empresa, e aos dois anos subsequentes. Estes dados foram retirados do Diário Oficial Empresarial. A análise mostrou que os indicadores se comportaram de maneiras distintas no período de escopo, havendo índices que melhoraram no período, enquanto outros se mantiveram estáveis ou pioraram. Não foi possível chegar a uma conclusão precisa sobre todos os impactos das práticas ilícitas nos indicadores da companhia, embora se possa inferir que elas estejam fortemente relacionadas às quedas bruscas e subsequentes da receita líquida nos anos posteriores à deflagração da operação, bem como às grandes quedas nos índices de rentabilidade, especialmente no exercício social referente ao ano de 2016.

Palavras-chave: Índices econômico-financeiros, análise financeira, corrupção, Lava Jato.

ABSTRACT

This work aimed to analyze the consequences of accusations, accusations and news of corruption practices, within the scope of Operation Lava Jato, involving the company Nova Engevix Engenharia e Projetos SA in its economic-financial indicators of liquidity, profitability and indebtedness. For this, the company's financial statements were collected between the years 2013 and 2016, which refer to the year prior to the year in which the first phase of the operation was launched, the year in which the first complaints and news involving the company emerged, and for the next two years. These data were taken from the "Diário Oficial Empresarial". The analysis showed that the indicators behaved in different ways in the scope period, with indexes that improved in the period, while others remained stable or worsened. It was not possible to reach a precise conclusion about all the impacts of illegal practices on the company's indicators, although it can be inferred that they are strongly related to the sudden and subsequent drops in net revenue in the years after the start of the operation, as well as the large drops in the profitability indexes, especially in 2016.

Keywords: Economic-financial indicators, financial analysis, corruption, Lava Jato.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	OBJETIVO	5
2.1	JUSTIFICATIVA	6
3	REFERENCIAL TEÓRICO	7
3.1	– PARTICIPAÇÃO DA ENGEVIX NO ESQUEMA INVESTIGADO PELA OPERAÇÃO LAVA JATO	8
3.2	– ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	9
3.2.1	– ANÁLISE POR INDICADORES	9
4	METODOLOGIA	13
4.1	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA E OBJETO DO ESTUDO	13
4.2	COLETA E ANÁLISE DE DADOS	13
5	ANÁLISE DOS RESULTADOS	14
5.1	ANÁLISE DA LIQUIDEZ	18
5.2	ANÁLISE DA RENTABILIDADE	20
5.3	ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO	22
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
7	REFERÊNCIAS	26

1 INTRODUÇÃO

A Operação Lava Jato teve a sua primeira fase deflagrada em 17 de março de 2014 em ação que resultou no cumprimento de 81 mandados de busca e apreensão e 28 prisões (MPF, 2021). Neste momento, surgira a operação que viria a ser uma das maiores da história do Brasil no combate à corrupção e lavagem de dinheiro.

O nome do caso, “Lava a Jato”, segundo o MPF (2021), é proveniente da utilização de uma rede de postos de combustíveis e lava a jato de automóveis para a movimentação de recursos ilícitos pertencentes a uma das organizações criminosas investigadas inicialmente. Ainda que os trabalhos tenham avançado para outros rumos, continuou-se a utilizar a nomenclatura original.

O esquema investigado ocorria no âmbito dos processos licitatórios e em desfavor da Petrobras, que se trata de uma empresa de capital aberto, cujo acionista majoritário é o Governo do Brasil, sendo, portanto, uma entidade da administração indireta da União, classificada como sociedade de economia mista (MPF, 2021).

As licitações deveriam ocorrer, em um cenário normal, de forma com que as empreiteiras concorressem entre si para a realização de contratos com a Petrobras, e essa contrataria aquela que realizasse o serviço pelo menor preço. Entretanto, foi formado um cartel entre as empreiteiras, que tinham como objetivo substituir uma concorrência real por uma apenas aparente. Os valores oferecidos à estatal eram combinados e calculados em reuniões secretas nas quais se definia o vencedor e o preço do contrato a ser formalizado, inflado com o intuito de beneficiar os prestadores privados e, conseqüentemente, agir em prejuízo aos cofres da Petrobras (MPF, 2021).

No esquema, também houve a participação de agentes públicos, cuja atuação era voltada primordialmente para garantir que apenas as empresas integrantes do cartel fossem convidadas para as licitações, e de operadores financeiros, responsáveis por intermediar e entregar o pagamento de propinas aos beneficiários, através da celebração de contratos fictícios com empresas de fachada situadas no exterior (MPF, 2021).

Dentre as empreiteiras que compunham o cartel, constava o nome da empresa Engevix Engenharia S.A, que posteriormente viria a se chamar Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A. (“Engevix”). As primeiras notícias da participação da Engevix no esquema fraudulento surgiram ainda no primeiro semestre de 2014 (MPF, 2015).

Em 20 de fevereiro de 2015, O MPF requereu, por meio de ação civil pública, a condenação da Engevix, de um dos seus sócios e de dois diretores, pela prática de atos de

improbidade administrativa mediante conduta dolosa, mencionando, no corpo do documento relativo à ação, o recebimento de propina, por membro da Diretoria de Abastecimento da Petrobras, paga pela empreiteira, por intermédio de transações fictícias via empresas de fachada operadas pelo doleiro Alberto Youssef (MPF, 2015).

Em estudo realizado por Amaral e Santos (2017), que buscou avaliar o efeito no preço das ações de empresas punidas pela Securities and Exchange Commission (SEC), no âmbito da Foreign Corrupt Practice Act (FCPA) – lei americana que data de 1977 e que foi criada com o intuito de combater a corrupção, devido ao entendimento de que ela impede a livre iniciativa e burla a livre concorrência, constatou-se não ser possível “afirmar que a divulgação da punição imposta pela SEC no âmbito do FCPA tenha efeitos estatisticamente significativos sobre o valor de mercado das empresas (preço das ações) punidas”, entretanto, pode-se observar um forte ajuste negativo nos retornos anormais, o qual se seguiu no dia posterior à divulgação da punição. Estes retornos se mostraram estatisticamente significativos, indicando que houve uma reação negativa dos participantes do mercado perante a punição.

Tendo em vista o mencionado e sabendo-se que, além da avaliação do preço das ações e dos retornos gerados por determinados investimentos, a análise das demonstrações financeiras também é uma importante forma de se avaliar os impactos de denúncias e notícias de envolvimento em corrupção por parte de empresas, já que essa análise se trata de um importante instrumento de gestão que possibilita o fornecimento de informações relevantes para o processo decisório, tanto da administração, quanto de investidores e credores, potenciais ou existentes, de uma organização, este trabalho visa averiguar como se comportaram os indicadores econômico-financeiros da empresa Engevix entre o período que antecedeu a Operação Lava Jato e os anos que lhe sucederam, bem como o impacto desta na posição patrimonial e financeira, e no desempenho econômico da referida entidade.

Sendo assim, esta pesquisa se trata de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis, o qual tem como enfoque a análise dos indicadores financeiros da empresa Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A, visando identificar o comportamento destes índices no período que compreende o exercício anterior à primeira denúncia da referida companhia na Operação Lava Jato, o exercício relativo a essa denúncia, bem como os dois anos subsequentes.

2 OBJETIVO

O objetivo geral da pesquisa é avaliar o comportamento dos indicadores econômico-financeiros da empresa antes denominada Engevix Engenharia S.A, que atualmente se encontra sob o nome empresarial Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A., no período compreendido entre os anos de 2013 e 2016, abrangendo o ano anterior ao da deflagração da primeira fase da Operação Lava Jato e os anos seguintes às primeiras notícias da participação da empreiteira no esquema investigado no âmbito da referida operação.

Para atingir o objetivo geral, serão explorados os seguintes objetivos específicos:

- a) Apurar e analisar os índices de liquidez, rentabilidade e endividamento da empresa;
- b) Observar a existência de impactos materiais nos indicadores após a deflagração da operação e o surgimento das primeiras notícias sobre a participação da Engevix no esquema.

2.1 JUSTIFICATIVA

O assunto escolhido se trata de tema de extrema relevância na sociedade atual. Desde o surgimento da Operação Lava Jato, considerada por muitos a maior operação contra a corrupção na história do país, tem se falado cada vez mais sobre essa questão no âmbito das nossas instituições públicas e privadas.

Segundo Roberto Abdenur (EXAME, 2013), a percepção de corrupção no Brasil, quando comparado a outros países na avaliação de políticos, é bem mais alta que a média mundial. Além das consequências mais óbvias da corrupção, como a percepção de que os recursos desviados deveriam ser destinados em áreas essenciais, como a saúde, educação e transporte, o autor cita, ainda, cinco efeitos danosos não visíveis da corrupção:

- 1) Multiplicação dos prejuízos - “Estudo recente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra que cada R\$ 1 desviado pela corrupção representa um dano para a economia e para a sociedade de R\$ 3”.
- 2) “Contaminação” dos honestos – Possibilidade de agentes públicos que antes exerciam suas funções corretamente passarem a agir pensando em benefício próprio, ao observarem as vantagens que os colegas desonestos obtêm;
- 3) Aumento da ineficiência - “A ineficiência alimenta a corrupção e a corrupção alimenta a ineficiência”;
- 4) Sensação de impunidade do cidadão - “No Brasil existe um problema sério de impunidade. Nos Estados Unidos, a média para que uma sentença em casos de corrupção saia é de um ano. Já no Brasil, esse tempo é de dez”;

- 5) Desmoralização das instituições e da democracia - “Existe muito descrédito aos políticos e por consequência aos partidos e instituições. O Estado enfrenta uma crise que só será resolvida com a criação de mais pontes de interlocução com a sociedade”.

A posição do Brasil no ranking relativo ao Índice de Percepção da Corrupção (IPC), indicador produzido pela Transparência Internacional (2021) e considerado o principal para a avaliação da corrupção no setor público do mundo, e que pontua e classifica os países com base no quão corrupto o setor público é percebido por executivos, investidores, acadêmicos e estudiosos da área de transparência, sofreu quedas consecutivas entre o ano de 2014 e 2019, passando da 69ª posição no ranking mundial para a 106ª posição. Em 2020, o Brasil apresentou uma leve melhora, figurando na 94ª posição, de um total de 180 países e territórios. Entretanto, apesar desta última evolução, permanece em um patamar considerado muito ruim.

Além do já mencionado, a publicação do relatório referente ao IPC, a Transparência Internacional (2021) destacou que o Brasil enfrenta sérios retrocessos na luta contra a corrupção. Isto tudo torna ainda mais evidente a importância crescente da abordagem deste tema, o qual influencia significativamente nas vidas e relações entre as pessoas da sociedade brasileira.

A escolha da empresa Engevix se dá pelo fato de esta se tratar de uma grande e tradicional organização do setor de engenharia, e por ter sido uma das primeiras entidades a serem mencionadas em ações penais e civis públicas no âmbito da Operação Lava Jato.

Dentre as limitações deste estudo, destaca-se a pouca bibliografia abordando os impactos da corrupção em empresas, especialmente sobre os resultados e índices financeiros de instituições envolvidas, o que torna ainda mais relevante a contribuição deste trabalho.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O Código Penal Brasileiro, para o contexto desta pesquisa, traz duas classificações distintas sobre a corrupção:

- “Corrupção passiva
Art. 317 - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem: Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa” (BRASIL. Decreto de Lei nº 2848, 1940).
- “Corrupção ativa

Art. 333 - Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício: Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa” (BRASIL. Decreto de Lei nº 2848, 1940).

A corrupção pode ser definida como um “ato ou efeito de subornar alguém para vantagens pessoais ou de terceiros” (Michaelis, 2021); ou como “degradação de valores morais ou dos costumes” (Michaelis, 2021); ou, ainda, como “uso de meios ilícitos, por parte de pessoas do serviço público, para obtenção de informações sigilosas, a fim de conseguir benefícios para si ou para terceiros” (Michaelis, 2021).

3.1 – PARTICIPAÇÃO DA ENGEVIX NO ESQUEMA INVESTIGADO PELA OPERAÇÃO LAVA JATO

Deflagrada em 17 de março de 2014, a Operação Lava Jato tinha como objetivo inicial apurar diversas estruturas paralelas ao mercado de câmbio, de forma a abranger um grupo de doleiros com atuação no âmbito nacional e internacional (MPF, 2015).

Com o avanço das investigações, foi revelado um esquema criminoso de imensas proporções, que envolvia a prática de crimes contra a ordem econômica, corrupção e lavagem de dinheiro, com a formação de um grande e poderoso Cartel do qual participaram diversas empresas, dentre elas a Engevix Engenharia S/A., e que, com a conivência e participação de agentes públicos em contrapartida ao pagamento de propina a tais agentes, possibilitava que a competitividade dos procedimentos licitatórios referentes às maiores obras contratadas pela Petrobras entre os anos de 2004 e 2014 fosse fraudada, culminando na celebração de contratos estabelecidos entre a estatal e as empreiteiras integrantes do cartel por valores superiores aos que seriam obtidos em situação de normalidade, com efetiva concorrência, aumentando o lucro das empresas participantes em centenas de milhões de reais (MPF, 2015).

De acordo com o MPF (2015), a Engevix, individualmente e por intermédio de consórcios, obteve sucesso na formalização de contratos com a Petrobras através de procedimentos que envolviam acordos com integrantes das empresas cartelizadas e um diretor da Petrobras, que à época dos fatos comandou a Diretoria de Abastecimento da estatal, os quais incluíam o pagamento de vantagens indevidas que variavam entre 1% e 3% dos valores dos contratos celebrados.

3.2 – ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras, segundo Stickney e Weil (2012), têm como objetivo medir o sucesso das atividades de uma empresa, explicitando informações sobre:

- A posição financeira (Balanço Patrimonial);
- Lucratividade (Demonstração do Resultado do Exercício);
- Capacidade de geração de caixa (Demonstração do Fluxo de caixa).

A análise das demonstrações contábeis, também chamadas de análise econômico-financeira, análise de balanços, análise contábil e análise financeira, segundo Marion (2010) é tão antiga quanto a própria Contabilidade.

De acordo com Assaf Neto (2012), a análise das demonstrações contábeis visa relatar, com base nas informações fornecidas pelas organizações, a posição econômico-financeira atual, as causas determinantes da evolução apresentada e as tendências futuras.

Conforme Matarazzo (2010), por meio da análise, pode-se extrair informações das demonstrações contábeis para a sua utilização na tomada de decisões. As demonstrações fornecem uma série de dados sobre a empresa. A análise das demonstrações contábeis, por sua vez, visa contextualizar esses dados e transformá-los em informações.

Deste modo, fica evidente a importância da análise financeira como instrumento a ser utilizado pelos usuários das informações contábeis de uma entidade. Dentre as diferentes formas de análise, encontram-se a análise vertical, a análise horizontal e a análise por indicadores (índices ou quocientes). Nessa pesquisa, será abordada a análise das demonstrações contábeis através de indicadores.

3.2.1 – ANÁLISE POR INDICADORES

A utilização de indicadores (índices) tem como principal objetivo permitir o analista extrair tendências e comparar os indicadores com padrões preestabelecidos. Mais do que retratar o que já aconteceu, a finalidade da análise é fornecer bases para inferir o que poderá acontecer no futuro.

Segundo Ribeiro (2009), este é o procedimento de análise mais utilizado pelos analistas, pois oferece uma visão global da situação econômica e financeira da Entidade. Para elaborar uma análise, primeiramente deve-se calcular uma série de indicadores. Deste modo, os objetos de estudo desta pesquisa serão os indicadores de rentabilidade, liquidez e endividamento.

3.2.1.1 – Indicadores de Rentabilidade

De acordo com Diniz (2015), os indicadores de rentabilidade demonstram os resultados financeiros de uma determinada empresa e medem o retorno alcançado. Trata-se de uma análise fundamental, tendo em vista que a rentabilidade é comumente considerada como o principal objetivo de uma empresa.

Estes indicadores buscam relacionar medidas que demonstrem a formação do resultado da empresa, visando facilitar a tomada de decisão relativa ao desempenho da organização (Diniz, 2015).

A análise da rentabilidade também tem como característica o fato de servir amplamente como parâmetro comparativo, pois se trata de uma medida associada a qualquer tipo de investimento (Diniz, 2015).

Há 4 tipos de indicadores de rentabilidade:

- Giro do ativo;
- Margem líquida;
- Rentabilidade do ativo;
- Rentabilidade do patrimônio líquido.

Nesta pesquisa, utilizaremos a margem líquida, a rentabilidade do ativo e a rentabilidade do patrimônio líquido.

Indicador	Fórmula	Significado
<u>Margem Líquida</u>	$(\text{Lucro líquido} / \text{Vendas Líquidas}) \times 100$	Quanto a empresa obtém de lucro a cada R\$ 1,00 vendido
<u>Rentabilidade do Ativo</u>	$(\text{Lucro Líquido} / \text{Ativo}) \times 100$	Quanto a empresa obtém de lucro para cada R\$1,00 de investimento total

<u>Rentabilidade do Patrimônio Líquido</u>	$(\text{Lucro Líquido} / \text{Patrimônio Líquido médio}) \times 100$	Quanto a empresa obtém de lucro a cada R\$ 1,00 de capital próprio investido, em média, no exercício
--	---	--

Fonte: Adaptado de Diniz, 2015.

3.2.1.2 – Indicadores de Liquidez

Os índices de liquidez têm por objetivo demonstrar a capacidade de pagamento de uma empresa no longo, curto e curtíssimo prazo.

Os indicadores de liquidez são apresentados sob a forma de percentual e quanto maiores forem os valores dos índices de liquidez, melhor para a empresa, que possui recursos para pagar suas dívidas. Entretanto, indicadores de liquidez muito altos podem significar ineficiência da empresa, pois ela estaria perdendo a oportunidade de investir esses recursos excedentes em outras opções (Diniz, 2015).

Desta forma, esses índices são muito úteis para análise de credores, pois relacionam a capacidade de geração de dinheiro em caixa com as necessidades de pagamento existentes.

Os índices de liquidez se dividem em 4 tipos, de acordo com o período de tempo para análise:

- Índices de liquidez corrente (ILC);
- Índices de liquidez imediata (ILI);
- Índices de liquidez seca (ILS);
- Índices de liquidez geral (ILG).

Nesta pesquisa, iremos trabalhar com o ILC, ILS e ILG.

Indicador	Fórmula	Significado
<u>Liquidez Corrente</u>	Ativo Circulante / Passivo Circulante	Indica o quanto existe de ativo circulante para cada R\$ 1,00 de dívida no curto prazo.
<u>Liquidez Imediata</u>	Disponível / Passivo Circulante	Indica, para cada R\$1,00 devido no curto prazo, o quanto a empresa possui imediatamente disponível.

<u>Liquidez Seca</u>	$(\text{Ativo Circulante} - \text{Estoque} - \text{Despesa Antecipada}) / \text{Passivo Circulante}$	Indica o quanto das dívidas no curto prazo podem ser saldadas mediante a utilização de itens monetários de maior liquidez no ativo circulante.
<u>Liquidez Geral</u>	$(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$	Indica a capacidade de pagamento das dívidas da empresa no curto e longo prazo, ou seja, para cada R\$1,00 devido, o quanto a empresa terá disponível.

Fonte: Adaptado de Diniz, 2015.

3.2.1.3 – Indicadores de Endividamento

Os índices de endividamento, também chamados de índices de estrutura de capital, visam indicar como uma empresa está estruturada, de acordo com a relação entre o capital próprio (Patrimônio Líquido) e o capital de terceiros (Passivo Exigível), ou seja, seu endividamento (DINIZ, 2015).

A análise da estrutura de capital tem como objetivo demonstrar como a empresa está obtendo recursos para financiar suas atividades, além de indicar quais tipos de recursos estão sendo utilizados, bem como a exigibilidade destes recursos ao longo do tempo.

De acordo com Diniz (2015), diferentes autores apresentam nomenclaturas e fórmulas diferenciadas para os índices de estrutura de capital, o que dificulta uma padronização nesse sentido, cabendo, dessa forma, ao analista definir quais indicadores serão utilizados e quais fórmulas servirão aos seus objetivos de análise. Nesta pesquisa, iremos trabalhar com os seguintes índices:

- Participação de capitais de terceiros;
- Composição do endividamento;
- Imobilização do patrimônio líquido.

Indicador	Fórmula	Significado
<u>Participação de Capitais de Terceiros</u>	$(\text{Capital de Terceiros} / \text{Patrimônio Líquido}) \times 100$	Indica quanto representa o capital tomado emprestado de terceiros em relação ao capital próprio investido. Trata-se de um indicador de risco ou de dependência de terceiros.
<u>Composição do Endividamento</u>	$(\text{Passivo Circulante} / \text{Capital de Terceiros}) \times 100$	Demonstra a relação entre o capital de terceiros de curto prazo e o capital de terceiros total. É

		recomendável que as dívidas de uma empresa fiquem mais concentradas no longo prazo, pois assim terá mais tempo para realizar suas atividades e gerar uma folga financeira para pagar suas obrigações.
<u>Imobilização do Patrimônio Líquido</u>	$(\text{Ativo Permanente} / \text{Patrimônio Líquido}) \times 100$	Indica o quanto de recursos do patrimônio líquido está investido no ativo permanente. Quanto menor o valor encontrado, melhor, pois a empresa estará financiando seus ativos permanentes com recursos próprios.

Fonte: Adaptado de Diniz, 2015.

4 METODOLOGIA

4.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA E OBJETO DO ESTUDO

Esta pesquisa se classifica, quanto aos objetivos estabelecidos, como descritiva. Entre as pesquisas descritivas, estão aquelas que buscam descobrir a existência de associações entre variáveis e pretendem determinar a natureza dessa relação (GIL, 2012).

Quanto aos procedimentos técnicos utilizados, esta pesquisa se classifica como bibliográfica, pois são baseadas em livros e artigos científicos, e como documental, pois foram utilizados documentos como relatórios de órgãos e empresas, e as demonstrações contábeis referentes à empresa em análise (GIL, 2012).

Quanto ao tratamento dos dados, esta pesquisa se classifica como quantitativa devido a utilização de cálculos para atingir os seus objetivos.

Esta pesquisa foi realizada com a utilização de dados da empresa Engevix Engenharia e Projetos S.A.

4.2 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Os dados utilizados nesse estudo foram obtidos em publicações dos relatórios financeiros da Engevix no Diário Oficial Empresarial, sendo utilizados para a elaboração da análise econômico-financeira o Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) da empresa.

Os dados coletados são referentes aos exercícios sociais da Engevix compreendidos entre os anos de 2013 e 2016.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para uma melhor visualização e compreensão dos resultados, foi criada uma tabela com a análise vertical das demonstrações contábeis da Engevix relativas ao período de escopo:

Tabela: Análise Vertical Ativo em 30 de junho - em milhares de reais.

Conta	2013	AV	2014	AV	2015	AV	2016	AV
Ativo Total	762.757	100,00%	801.664	100,00%	895.278	100,00%	893.611	100,00%
Ativo Circulante	630.110	82,61%	637.523	79,52%	691.684	77,26%	661.027	73,97%
Caixa e equivalentes de caixa	41.971	5,50%	44.077	5,50%	14.272	1,59%	3.928	0,44%
Contas a receber de clientes	352.815	46,26%	414.940	51,76%	513.418	57,35%	445.679	49,87%
Adiantamento a fornecedores	43.421	5,69%	8.725	1,09%	0	0,00%	0	0,00%

Estoques	8.959	1,17%	10.221	1,27%	5.385	0,60%	83	0,01%
Impostos (tributos) a recuperar	32.691	4,29%	48.175	6,01%	130.052	14,53%	135.373	15,15%
Contratos de mútuos	91.318	11,97%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Consórcios	43.241	5,67%	15.581	1,94%	0	0,00%	0	0,00%
Dividendos pagos antecipadamente	0	0,00%	70000	8,73%	12353	1,38%	0	0,00%
Outros ativos	15.694	2,06%	25.804	3,22%	16.204	1,81%	75.964	8,50%
Ativo Não Circulante	132.647	17,39%	164.141	20,48%	203.594	22,74%	232.584	26,03%
Realizável a Longo Prazo	6.247	0,82%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Conta corrente entre empresas	0	0,00%	0	0,00%	90.910	10,15%	16.256	1,82%
Impostos (tributos) diferidos	71.539	9,38%	101.654	12,68%	73.602	8,22%	173.160	19,38%
Depósitos judiciais	9.588	1,26%	13.685	1,71%	0	0,00%	11.590	1,30%
Outros ativos	5	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Investimentos	16.221	2,13%	7.356	0,92%	9.393	1,05%	10.866	1,22%
Imobilizado	15.219	2,00%	29.288	3,65%	21.481	2,40%	16.234	1,82%
Intangível	13.828	1,81%	12.158	1,52%	8.208	0,92%	4.478	0,50%

Fonte: adaptado com base nas demonstrações publicadas.

Tabela: Análise Vertical Passivo em 30 de junho - em milhares de reais.

Conta	2013	AV	2014	AV	2015	AV	2016	AV
Passivo Total	762.757	100,00%	801.664	100,00%	895.278	100,00%	893.611	100,00%
Passivo Circulante	331.165	43,42%	254.556	31,75%	218.932	24,45%	254.944	28,53%
Empréstimos e financiamentos	95.059	12,46%	112.725	14,06%	102.973	11,50%	120.192	13,45%
Fornecedores	74.093	9,71%	34.328	4,28%	46.574	5,20%	55.941	6,26%
Obrigações tributárias	31.410	4,12%	13.971	1,74%	8.506	0,95%	36.320	4,06%
Obrigações sociais e trabalhistas	87.939	11,53%	75.346	9,40%	43.347	4,84%	30.439	3,41%
Adiantamento de clientes	34.254	4,49%	11.487	1,43%	3.151	0,35%	0	0,00%
Consórcios	0	0,00%	2.333	0,29%	4.563	0,51%	4.807	0,54%
Outros passivos	8.410	1,10%	4.366	0,54%	9.818	1,10%	7.245	0,81%
Passivo Não Circulante	46.435	6,09%	144.387	18,01%	228.254	25,50%	186.750	20,90%
Empréstimos e financiamentos	37.000	4,85%	87.357	10,90%	194.388	21,71%	7.440	0,83%
Conta corrente entre empresas	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	141.768	15,86%
Obrigações tributárias	0	0,00%	0	0,00%	24.735	2,76%	19.146	2,14%
Contratos de mútuos	5.297	0,69%	44.277	5,52%	0	0,00%	0	0,00%
Provisões para contingências	4.138	0,54%	2.140	0,27%	3.014	0,34%	18.001	2,01%
Provisão para perda em investimentos	0	0,00%	4.112	0,51%	66	0,01%	372	0,04%
Outros passivos	0	0,00%	6.501	0,81%	6.051	0,68%	23	0,00%
Patrimônio Líquido	385.157	50,50%	402.721	50,24%	448.092	50,05%	451.917	50,57%
Capital social	460.000	60,31%	460.000	57,38%	460.000	51,38%	564.000	63,11%
Ajuste de avaliação patrimonial	1.659	0,22%	4.480	0,56%	7.186	0,80%	6.783	0,76%
Prejuízos acumulados	-76.502	-10,03%	-61.759	-7,70%	-19.094	-2,13%	-118.866	-13,30%

Fonte: adaptado com base nas demonstrações publicadas.

Pela participação relativa das diversas contas observada pela análise vertical da tabela baseada nos Balanços Patrimoniais publicados pela Engevix, pode-se chegar às seguintes conclusões:

- Os investimentos de curto prazo (ativo circulante) sofreram pequenas reduções a cada ano, passando de 82,61% do total do ativo em 2013 para 79,52% em 2014, 77,26% em 2015 e 73,97% em 2016. Já as dívidas de curto prazo (passivo circulante) sofreram reduções significativas em relação ao total do passivo no período entre 2013 e 2015, passando de 43,42% em 2013 para 31,75% em 2014, 24,45% em 2015, tendo, entretanto, uma pequena elevação em 2016, passando para 28,53%.
- O passivo não circulante, por sua vez, sofreu uma elevação significativa entre 2013 e 2014, passando de 6,09% do total do passivo para 18,01%, tendo mais um aumento na participação em 2015, quando passou para 25,50%, e sofrendo uma pequena redução em 2016, ano em que passou para 20,90%.

Tabela: Análise Vertical DRE em 30 de junho - em milhares de reais.

Conta	2013	AV	2014	AV	2015	AV	2016	AV
Receita líquida operacional	1.320.499	100,00%	1.059.413	100,00%	644.999	100,00%	182.976	100,00%
Custos operacionais	-	-84,71%	-955.956	-90,23%	-432.332	-67,03%	-156.920	-85,76%
Lucro bruto operacional	201.969	15,29%	103.457	9,77%	212.667	32,97%	26.056	14,24%
(Despesas) receitas operacionais	-2.120	-0,16%	-82.216	-7,76%	-78.006	-12,09%	-182.985	-
Gerais e administrativas	-180.686	-13,68%	-142.460	-13,45%	-122.297	-18,96%	-58.335	-31,88%
Equivalência patrimonial	4.146	0,31%	-13.467	-1,27%	3.872	0,60%	1.990	1,09%
Amortização e Depreciação	-	0,00%	-	0,00%	-7.715	-1,20%	-7.590	-4,15%
Resultado na cessão de contratos	192.019	14,54%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Outras receitas (despesas), líquidas	-17.599	-1,33%	73.711	6,96%	48.134	7,46%	-119.050	-65,06%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	199.849	15,13%	21.241	2,00%	134.661	20,88%	-156.929	-85,76%
Receitas financeiras	26.014	1,97%	17.827	1,68%	2.364	0,37%	5.553	3,03%
Despesas financeiras	-87.811	-6,65%	-36.883	-3,48%	-66.308	-10,28%	-65.510	-35,80%
Lucro operacional antes dos impostos	138.052	10,45%	2.185	0,21%	70.717	10,96%	-216.886	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	-46.653	-3,53%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Imposto de renda e contribuição social diferido	39.669	3,00%	12.558	1,19%	-28.052	-4,35%	117.114	64,01%
Lucro líquido do exercício	131.068	9,93%	14.743	1,39%	42.665	6,61%	-99.772	-54,53%

Fonte: adaptado com base nas demonstrações publicadas.

Pela participação relativa das diversas contas observada pela análise vertical da tabela baseada nas Demonstrações dos Resultados dos Exercícios publicada pela Engevix, pode-se chegar às seguintes conclusões:

- De acordo com as referidas demonstrações, verifica-se uma necessidade de maior volume de receitas de vendas para cobertura dos custos, tendo em vista que, em 2013, 84,71% das vendas eram destinados à reposição dos custos, tendo um percentual ainda mais elevado em 2014, quando passou para 90,23%. Em 2015, houve uma queda significativa nos custos operacionais, e essa relação foi de 67,03%. Em 2016, essa relação teve uma elevação substancial, passando para 85,76% e ficando, portanto, em patamar próximo aos anos 2013 e 2014.

- Ainda em relação à DRE de cada período analisado, destaca-se que a empresa apresentou lucro de nos anos de 2013, 2014 e 2015, ficando, no primeiro, com um lucro líquido que representa 9,93% das receitas líquidas daquele ano, enquanto no segundo e no terceiro ano essa relação passou para 1,39% e 6,61%, respectivamente. Em 2016, a empresa apresentou um prejuízo bastante elevado, representando 54,53% da receita líquida desse ano. Isto se deve tanto pelo aumento substancial das despesas operacionais nesse ano, tendo em vista que a relação entre os valores de tal categoria de despesa e os valores referentes à receita líquida foi de -0,16% em 2013, passando para -7,76% em 2014, -12,09% em 2015 e, em 2016, sofreu uma elevação bastante impactante, passando para aproximadamente -100%, como também se deve, principalmente, pela grande queda da receita líquida da entidade em valores absolutos.

- É possível verificar que, desde 2014 - ano em que foi realizada e noticiada a primeira denúncia em desfavor da Engevix, a receita líquida passou a sofrer quedas substanciais de forma subsequente. O auge desta série de variações negativas ocorreu em 2016, quando a receita líquida da empresa teve uma redução de aproximadamente R\$466 milhões em relação ao ano anterior, representando uma queda de 71,63%.

- De acordo com notícia veiculada pelo portal G1- Globo (2017), esta queda não se restringiu à companhia objeto deste estudo. Pode-se constatar, de acordo com as respectivas demonstrações financeiras, que as principais empreiteiras do país tiveram uma drástica queda na receita, puxada pela paralisação de projetos de infraestrutura e pela crise no mercado de construção civil.

Segundo o professor Marcos Piellusch, coordenador de cursos da Fundação Instituto de Administração (FIA), a queda expressiva da receita destas grandes empreiteiras no segmento de engenharia não foi uma surpresa, tendo em vista que, por não poderem participar de licitações da Petrobras desde 2014, estas empresas perderam contratos de grandes obras e foram

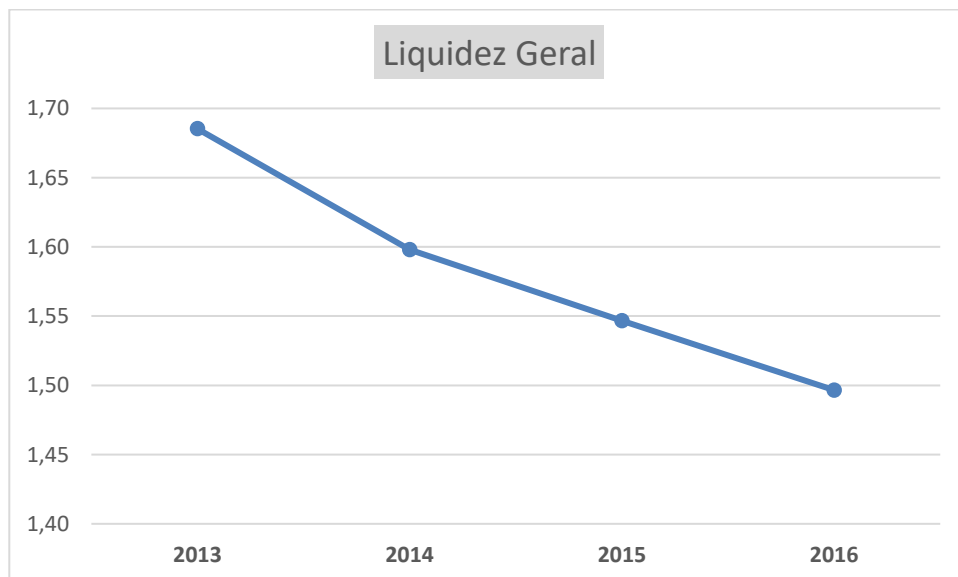
obrigadas a paralisar projetos, em meio a dificuldades em obter crédito, após serem citadas por envolvimento nas irregularidades investigadas no âmbito da Lava Jato (G1 – Globo, 2017).

Conforme a especialista em infraestrutura da Go Associados, Luciana Nazar, a receita das referidas construtoras foi temporariamente afetada devido à queda nos investimentos, e menciona também que estas companhias passam por um período de adaptação às regras mais rígidas de “compliance”, que foram adotadas após os desdobramentos da operação (G1 – Globo, 2017).

5.1 ANÁLISE DA LIQUIDEZ

O gráfico abaixo apresenta o ILG da Engevix nos últimos quatro anos:

Gráfico 1: Liquidez Geral Engevix.



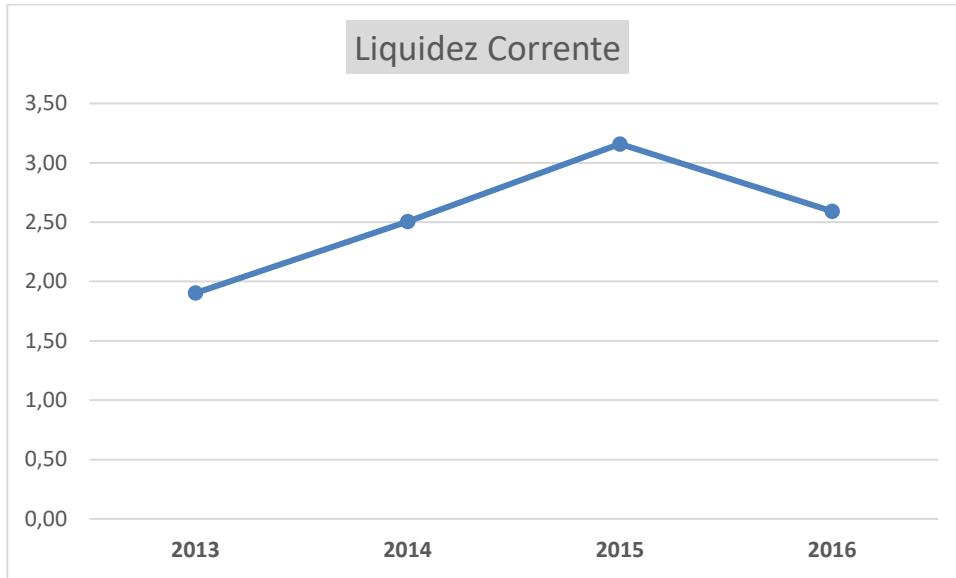
Fonte: autoria própria.

Conforme gráfico 1, podemos observar que o ILG da empresa sofreu quedas em todos os anos do nosso escopo, tendo, portanto, o seu valor mais alto em 2013, quando para cada R\$1,00 devido, a companhia possuía R\$1,69 disponível, e o mais baixo em 2016, quando para cada R\$1,00 devido, havia R\$1,50 disponível.

Dessa forma, pode-se concluir que, mesmo com as quedas, a empresa apresentou liquidez geral positiva em todo o período de análise, o que indica que boa folga financeira para o cumprimento de suas obrigações em longo prazo.

O gráfico abaixo apresenta o ILC da Engevix nos últimos quatro anos:

Gráfico 2: Liquidez Corrente Engevix.

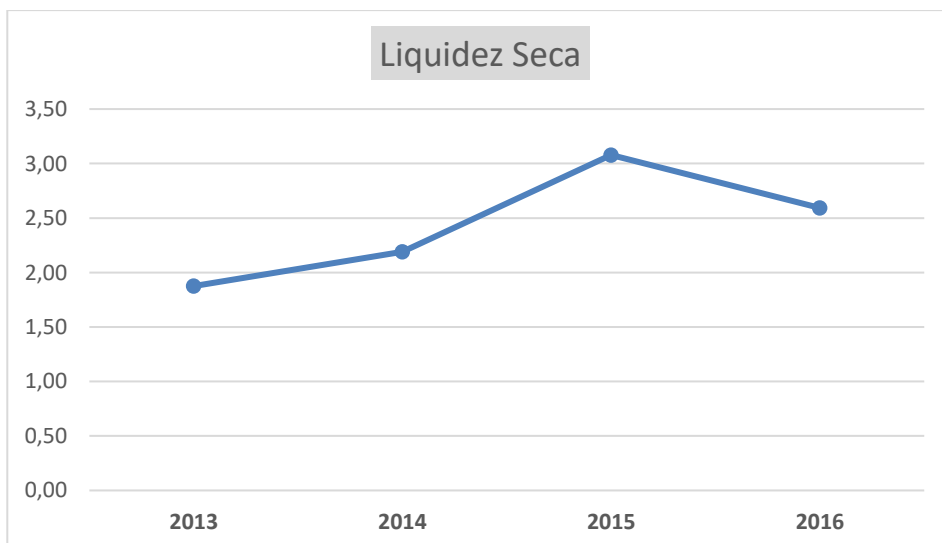


Fonte: autoria própria.

O ILC da empresa, em todos os anos analisados, foi positivo, mantendo-se sempre igual ou acima de 1,90, mostrando, portanto, boa capacidade para honrar seus compromissos no curto prazo. A liquidez corrente da companhia passou de 1,90 em 2013 para 2,50 em 2014, chegando ao maior valor em 2015, quando atingiu 3,16, e sofrendo uma queda em 2016, quando para cada R\$1,00 devido no curto prazo, a empresa possuía R\$2,59 no ativo circulante.

O gráfico abaixo apresenta o ILS da Engevix nos últimos quatro anos:

Gráfico 3: Liquidez Seca Engevix.



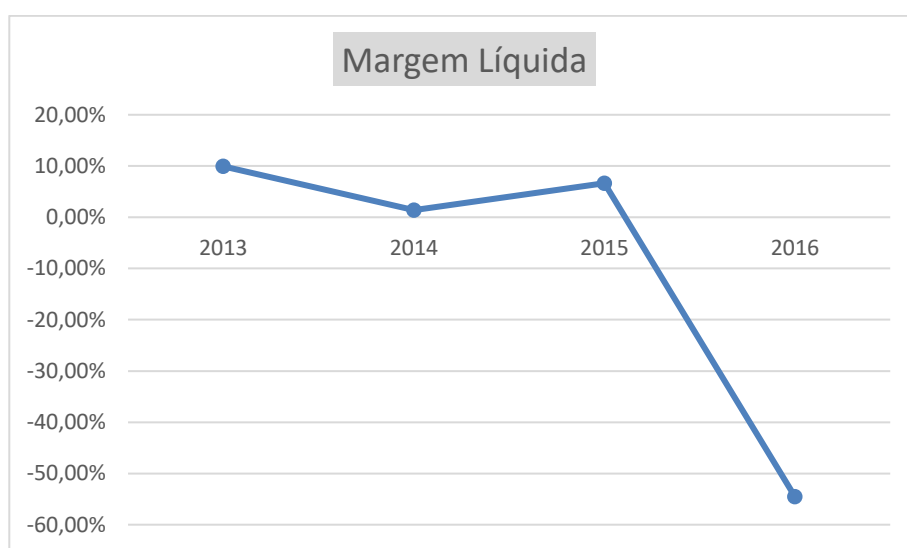
Fonte: autoria própria.

O ILS da empresa também se manteve positivo em todo o período analisado, passando de 1,88 em 2013 para 2,19 em 2014, subindo para 3,08 em 2015, ano em que se atingiu o patamar mais elevado, e sofrendo uma queda em 2016, quando para cada R\$1,00 de dívidas no curto prazo, a companhia possuía R\$2,59 com as contas de disponível e valores a receber. Assim, a empresa a apresentou, de forma constante, boa geração de caixa no curtíssimo prazo.

5.2 ANÁLISE DA RENTABILIDADE

O gráfico abaixo apresenta a margem líquida da Engevix nos últimos quatro anos:

Gráfico 4: Margem Líquida Engevix.

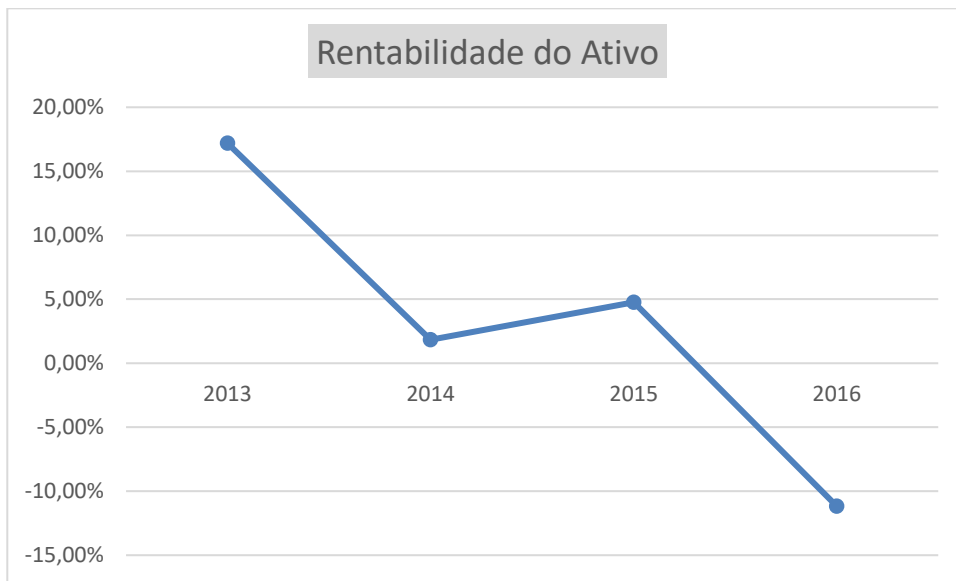


Fonte: autoria própria.

A margem líquida da empresa sofreu uma queda entre 2013 e 2014, quando passou de 9,93% para 1,39%. Em 2015, houve uma elevação para 6,61% e, deste modo, pode-se dizer que a cada R\$100,00 vendidos a organização obteve R\$6,61 de lucro. O ponto que merece mais destaque se trata da queda brusca da margem líquida em 2016, ano em que esta foi de -54,53%, valor que decorre, principalmente, do grande aumento das despesas operacionais e da queda substancial dos valores absolutos referentes à receita líquida, o que fez com que a companhia apurasse prejuízo no exercício em questão.

O gráfico abaixo apresenta a rentabilidade do ativo da Engevix nos últimos quatro anos:

Gráfico 5: Rentabilidade do Ativo Engevix.

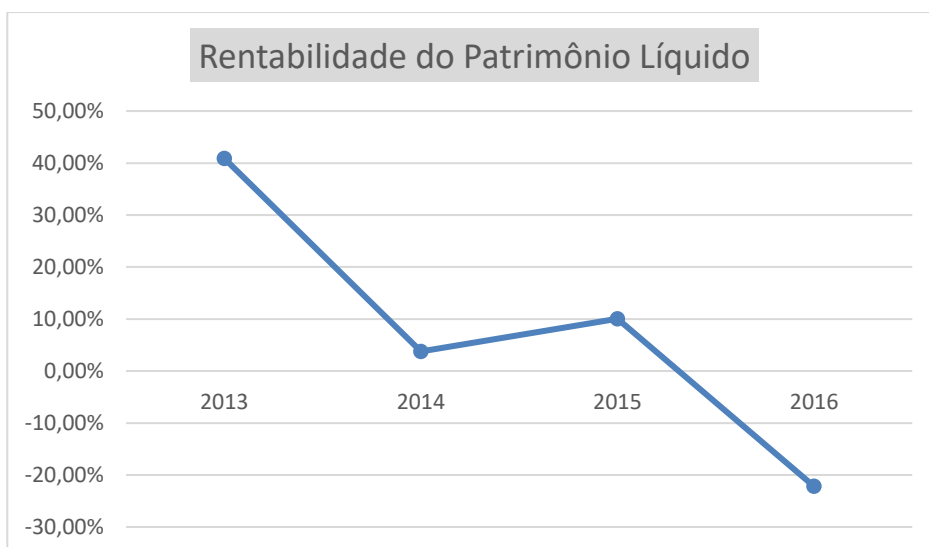


Fonte: autoria própria.

A rentabilidade do ativo da empresa sofreu uma queda brusca de 2013 para 2014, passando de 17,18% para 1,84%. Em 2015 houve uma pequena elevação do indicador, o qual chegou a 4,77%. Em 2016, entretanto, sofreu mais uma queda substancial. Neste ano, pode-se constatar que para cada R\$100,00 investidos (capital próprio e de terceiros), o prejuízo foi de R\$11,17.

O gráfico abaixo apresenta a rentabilidade do patrimônio líquido da Engevix nos últimos quatro anos:

Gráfico 6: Rentabilidade do Patrimônio Líquido Engevix.



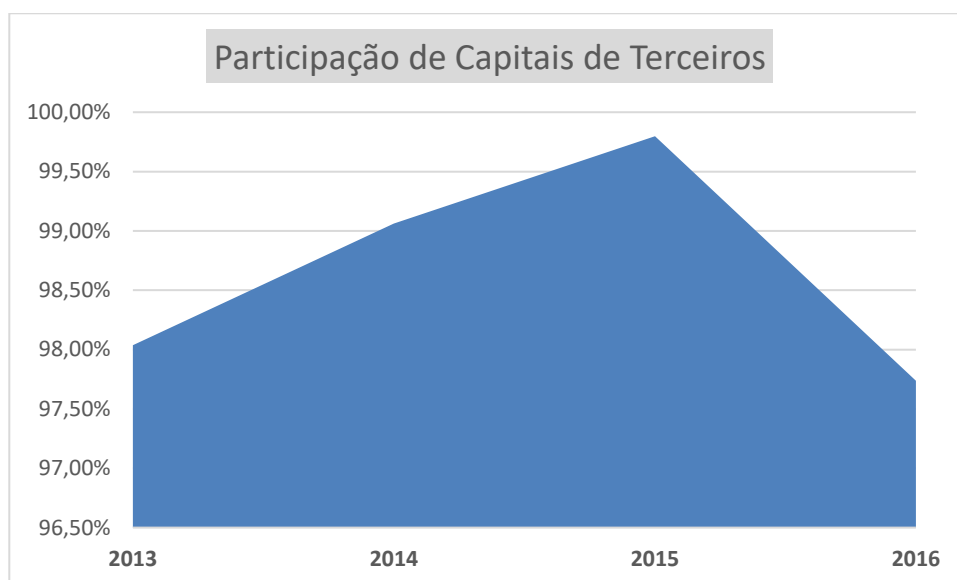
Fonte: autoria própria.

O índice de rentabilidade do patrimônio líquido da empresa também sofreu quedas bruscas entre os anos de 2013 e 2014, quando passou de 40,89% para 3,74%. Em 2015, o indicador teve uma elevação, passando para 10,03%. Já em 2016, uma nova queda substancial, desta vez trazendo valores negativos ao índice. Neste ano, a cada R\$100,00 de capital próprio investido, a companhia teve R\$22,17 de prejuízo.

5.3 ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO

O gráfico abaixo apresenta a participação de capitais de terceiros na Engevix nos últimos quatro anos:

Gráfico 7: Participação de Capitais de Terceiros Engevix.

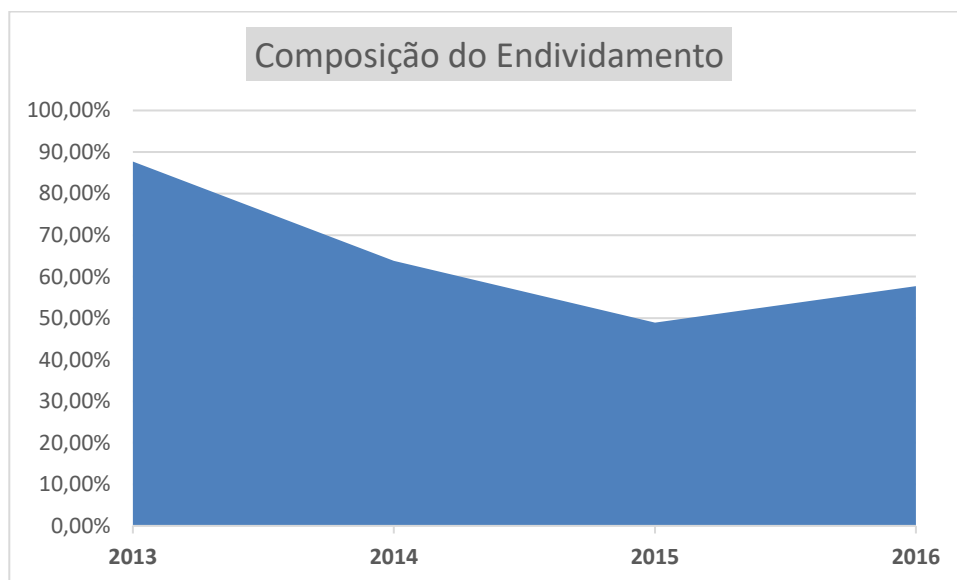


Fonte: autoria própria.

A participação de capitais de terceiros na empresa permaneceu relativamente estável durante todos os anos de análise, com o valor total do patrimônio líquido se mantendo sempre acima do total do passivo exigível, e havendo apenas pequenas variações, com o índice passando de 98,04% em 2013 para 99,06% em 2014, subindo para 99,80% em 2015 e tendo uma pequena queda em 2016, ano em que o indicador passou para 97,74%, seu valor mais baixo em todo o período de escopo. Desta forma, neste último ano, para cada R\$100,00 de capital próprio, havia R\$97,74 de capital de terceiros.

O gráfico abaixo apresenta a composição do endividamento da Engevix nos últimos quatro anos:

Gráfico 8: Composição do Endividamento Engevix.



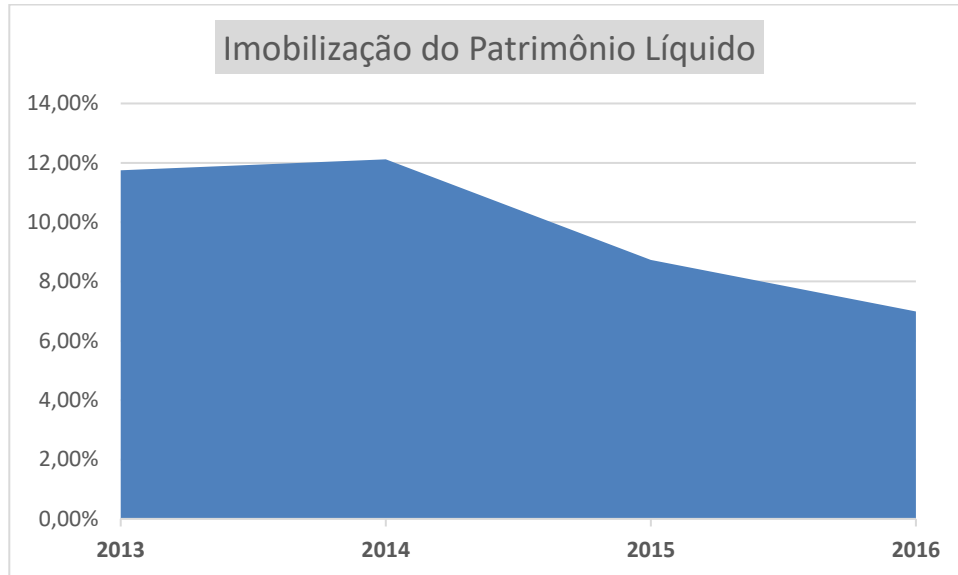
Fonte: autoria própria.

A evolução da composição do endividamento no período analisado mostrou que a empresa teve grandes mudanças ao longo dos anos, havendo, entre 2013 e 2015, uma melhora no indicador, que passou de um perfil de endividamento de curto prazo para um perfil mais equilibrado, com as dívidas de curto e longo prazo possuindo montantes mais próximos.

O índice passou de 87,70% em 2013 para 63,81% em 2014. Em 2015, o indicador assumiu o seu valor mais baixo, quando atingiu 48,96%, o que fez com que o perfil de endividamento da empresa passasse para um perfil de longo prazo. Porém, isto foi temporário, tendo em vista que em 2016 o valor do índice sofreu uma elevação e passou para 57,72%.

O gráfico abaixo apresenta o índice de imobilização do patrimônio líquido da Engevix nos últimos quatro anos:

Gráfico 9: Imobilização do Patrimônio Líquido Engevix.



Fonte: autoria própria.

Conforme o gráfico 9, a empresa apresentou um índice de 11,75% em 2013, passando para 12,12% em 2014, e diminuindo para 8,72% em 2015 e 6,99% em 2016, ano em que atingiu seu valor mais baixo. Como em todo o período analisado o índice assumiu valores inferiores a 100%, há um indicativo de que a empresa financiou seus ativos permanentes (ativo imobilizado, investimentos e intangível) com recursos próprios, havendo uma grande quantidade remanescente de recursos para serem investidos em outros ativos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi avaliar o comportamento dos indicadores econômico-financeiros da empresa Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A, antes denominada Engevix Engenharia S.A., no período em que a companhia foi alvo da Operação Lava Jato por práticas de corrupção, as quais provocaram alterações substanciais na empresa.

De acordo com os dados analisados, não é possível fazer uma dedução sobre todas as interferências causadas pela deflagração da operação que constatou as práticas ilícitas cometidas pela empresa, bem como não é possível definir com exatidão o tamanho do impacto causado pelas denúncias em face da Engevix. Entretanto, tomando como base alguns índices individualmente, é possível que sejam feitas algumas inferências.

Os índices de liquidez da companhia se mantiveram positivos em todos os anos analisados, indicando que a entidade possui boa folga financeira para o cumprimento de suas obrigações em longo prazo e capacidade para honrar seus compromissos no curto prazo, além de elevada capacidade de geração de caixa no curtíssimo prazo. Desta forma, não foi possível observar, por estes indicadores, impactos substanciais causados pelas práticas de corrupção.

Em relação ao endividamento, a participação de capitais de terceiros na empresa permaneceu relativamente estável e positiva durante todos os anos de análise, tendo em vista que o valor total do patrimônio líquido se manteve sempre acima do total do passivo exigível. A evolução da composição do endividamento no período analisado apresentou uma melhora, indicando um maior equilíbrio no perfil de endividamento nos anos subsequentes ao primeiro ano analisado, o qual antecedeu a deflagração da primeira fase da Lava Jato.

Os índices de rentabilidade foram os que apresentaram as quedas mais substanciais ao longo do período de escopo desta pesquisa, assim como, notoriamente, foram os indicadores mais afetados pelas denúncias em desfavor da companhia, levando-se em conta, principalmente, as grandes e subsequentes quedas da receita líquida da entidade, fortemente influenciadas pela perda de contratos de grandes obras, em virtude do impedimento de participação em licitações da Petrobras, e da paralisação de projetos, em meio a dificuldades para obtenção de crédito, após ser noticiado o envolvimento da Engevix nas irregularidades constatadas na operação.

Em relação aos indicadores de rentabilidade, destaca-se, ainda, que a empresa apurou prejuízo no exercício social que se encerrou em 30 de junho de 2016, o que fez com que a margem líquida caísse para -54,53%. A rentabilidade do ativo, neste exercício, indicou que para cada R\$100,00 investidos, o prejuízo foi de R\$11,17. Esta diminuição nos índices foi

consequência do grande aumento das despesas operacionais da organização e da enorme queda de sua receita líquida neste período.

Como limitações desta pesquisa, ressalta-se a pouca bibliografia abordando os impactos causados por denúncias e notícias acerca da prática de corrupção por parte de empresas, principalmente os possíveis reflexos nos indicadores econômico-financeiros das instituições envolvidas.

Como sugestão para estudos futuros, indica-se analisar também os índices econômico-financeiros das empresas do mesmo grupo ou sob controle comum, bem como de outras empresas do mesmo ramo que tenham passado por situações semelhantes às apresentadas neste trabalho, sob a hipótese de que similaridades possam ser identificadas e que, a partir de determinadas premissas, inferências gerais relativas a este tema possam ser feitas.

7 REFERÊNCIAS

AMARAL, Marco Aurélio; SANTOS, Odilanei Morais dos. **Efeito no Preço das Ações de Empresas Punidas por Corrupção no Âmbito do FCPA**. Revista Universo Contábil, v. 13, n. 2, p. 109-129, Blumenau, 2017.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL. **Decreto de Lei nº 2848, de 07 de dezembro de 1940. Brasil**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm >. Acesso em 11 junho 2021.

DIÁRIO OFICIAL EMPRESARIAL. **Engevix Engenharia S.A.** Relatório da Administração. 2013. Disponível em: < <https://www.imprensaoficial.com.br/>>. Acesso em 11 junho 2020.

DIÁRIO OFICIAL EMPRESARIAL. **Engevix Engenharia S.A.** Relatório da Administração. 2014. Disponível em: < <https://www.imprensaoficial.com.br/>>. Acesso em 11 junho 2020.

DIÁRIO OFICIAL EMPRESARIAL. **Engevix Engenharia S.A.** Relatório de Administração. 2016. Disponível em: < <https://www.imprensaoficial.com.br/>>. Acesso em 11 junho 2020.

DINIZ, Natália. **Análise das Demonstrações Financeiras**. 1. ed. Rio de Janeiro: SESES, 2015.

EXAME. **5 efeitos danosos da corrupção que você não vê**. 2013. Disponível em: < <https://exame.com/brasil/5-efeitos-danosos-da-corrupcao-que-voce-nao-ve/>>. Acesso em: 11 junho 2021.

G1 – GLOBO. **Lava Jato e crise derrubam receita das grandes construtoras em 2016**. 2017. Disponível em: < <https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/lava-jato-e-crise-derrubam-receita-das-grandes-construtoras-em-2016.ghtml>>. Acesso em 21 de junho 2021.

G1 – GLOBO. **Brasil repete nota e piora em ranking de corrupção em 2019**. 2020. Disponível em: < <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/01/23/brasil-repete-pior-nota-em-2019-e-cai-em-ranking-de-corrupcao.ghtml>>. Acesso em 11 junho 2021.

G1 – GLOBO. **Entenda a Operação Lava Jato**. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/04/entenda-operacao-lava-jato-da-policia-federal.html>>. Acesso em 11 junho 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem gerencial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Melhoramentos, 2021. Disponível em: < <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=we1w>>. Acesso em: 11 junho 2021.

MPF. **AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**. 2015. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2015/02/AIA-ENGEVIX-assinada.pdf>>. Acesso em 11 junho 2021.

MPF. **Conheça a Linha do tempo**. 2021. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/linha-do-tempo>>. Acesso em 11 junho 2021.

MPF. **Entenda o caso da LJ**. 2021. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso/entenda-o-caso>>. Acesso em 11 junho 2021.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Comprovante de Situação Cadastral**. 2021. Disponível em: <https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp>. Emitido em 6 junho 2021.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e análise de balanços fácil**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL. **Índice de Percepção da Corrupção 2020**. 2021. Disponível em: <<https://comunidade.transparenciainternacional.org.br/ipc-indice-de-percepcao-da-corrupcao-2020>>. Acesso em: 11 junho 2021.